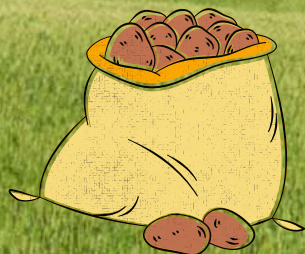


BOLETIM INFORMATIVO



Edição nº 11



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional às
Promotorias de Justiça de Assistência Social

APRESENTAÇÃO

O **11º Boletim Informativo** do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Assistência Social apresenta as principais iniciativas e atualizações voltadas ao combate à fome e à promoção de uma agricultura sustentável, alinhadas ao **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 2 da ONU**.

O desafio de erradicar a fome e garantir a segurança alimentar permanece como uma prioridade global, especialmente em um país como o Brasil, onde a disparidade entre o potencial agrícola e a vulnerabilidade alimentar exige políticas públicas robustas. Programas de transferência de renda, apoio à agricultura familiar e incentivos à sustentabilidade agrícola são algumas das estratégias que têm mostrado impacto positivo na redução da insegurança alimentar.

Assim, o Centro de Apoio Operacional reafirma seu compromisso com a promoção de ações coordenadas, colaborativas e baseadas em direitos para a construção de um Brasil livre da fome, no qual a dignidade e a inclusão social sejam prioridades. Por meio de parcerias e do fortalecimento das políticas públicas, esperamos contribuir para um futuro mais justo, onde a alimentação de qualidade seja um direito garantido a todos.



SUMÁRIO

01. NOTÍCIAS

02. ATUAÇÃO MPMT

03. ATUAÇÃO MINISTERIAL (OUTROS MP'S).

04. INDICAÇÕES INTERATIVAS

05. ATOS NORMATIVOS

06. “OUSE SABER”

Equipe

Paulo Henrique Amaral Motta

Promotor de Justiça – Coordenador

Tessaline Luciana Higuchi Viegas Devesa Cintra

Promotora de Justiça – Coordenadora Adjunta

Gabrielle dos Santos

Assistente Ministerial (Serviço Social)

Jovana Albuês da Silva

Auxiliar Ministerial (Direito)

Mateus dos Santos Gomes Cardoso

Residente (Direito)



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

1. NOTÍCIAS

[Programa Acredita ultrapassa R\\$ 200 milhões em empréstimos pelo Banco do Nordeste](#)

O Programa Acredita no Primeiro Passo alcançou uma marca expressiva com o Banco do Nordeste (BNB), parceiro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) na iniciativa. A instituição financeira ultrapassou a marca de R\$ 200 milhões em créditos concedidos para o público do Cadastro Único que deseja empreender ou ampliar seus negócios.

Além dos nove estados nordestinos, o banco também realizou empréstimos para pessoas de baixa renda em Minas Gerais e no Espírito Santo, ambos no Sudeste. O Ceará, primeira Unidade da Federação a aderir ao Programa, teve um repasse de R\$ 40,33 milhões em empréstimos, seguido por Pernambuco, com R\$ 30,58 milhões, e pelo estado mineiro, com R\$ 26,64 milhões.

O Fundo Garantidor constituído pelo Governo Federal serve como um avalista dos empréstimos, dando segurança aos bancos para oferecerem condições especiais de crédito. O ministro também destacou que só pelo BNB foram realizados empréstimos para cerca de 20 mil pessoas que estão inscritas no Cadastro Único. E o público feminino é o que tem conquistado mais espaço na iniciativa.

Fonte: Governo Federal.

[MDS divulga edital para modernização de Bancos de Alimentos](#)

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) publicou edital para a modernização de Bancos de Alimentos. Com investimentos de R\$ 8 milhões, a iniciativa tem a finalidade de promover a modernização desses equipamentos públicos de segurança alimentar vinculados por órgãos da administração pública (estados, municípios, Distrito Federal ou consórcios públicos), priorizando aqueles localizados em Centrais de Abastecimento (Ceasas) e em municípios que fazem parte da Estratégia Alimenta Cidades.

Os bancos de alimentos são equipamentos de segurança alimentar e nutricional, responsáveis pela captação, recepção e distribuição gratuita de alimentos, provenientes de doações públicas e privadas, com foco na redução de perdas e desperdícios e no combate à fome. Ofertam alimentos para famílias em vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional.

Fonte: Governo Federal.

MDS e ABRAS firmam parceria para inclusão socioeconômica de inscritos no CadÚnico



O Observatório do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome está concorrendo ao Prêmio Inovação da Enap. Criado em 1996, o Concurso Inovação no Setor Público é uma iniciativa de estímulo à cultura da inovação, que incentiva a implementação de inovação em serviços, processos ou políticas públicas que produzam resultados positivos para o serviço público e para a sociedade.

A secretária nacional de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD) do MDS, Letícia Bartholo, enfatiza o papel do Observatório como ferramenta de ação para beneficiar a população em vulnerabilidade social.

“Ter o Observatório do Cadastro Único como um dos finalistas deste concurso reforça a importância de mantermos visíveis, ao acompanhamento de toda a sociedade, as informações sobre as necessidades das pessoas e famílias mais vulneráveis do nosso país”, explica. “ Mais do que uma ferramenta de dados e informações, o Observatório é uma ferramenta de ação, pois contribui para que o poder público, nos três níveis da federação, atue de forma conjunta em prol da população brasileira, nas diversas dimensões da pobreza e da vulnerabilidade social”, conclui.

O prêmio também valoriza equipes de servidores ou empregados públicos que atuam de forma criativa e proativa em suas atividades, em benefício do interesse público. Já foram premiadas mais de 449 iniciativas, oriundas da dedicação de equipes de servidores ou empregados públicos em desenvolver e implementar inovações capazes de melhorar a prestação de serviços e a gestão das organizações e das políticas públicas, contribuindo para a maior eficiência das respostas do Estado diante das demandas da sociedade.

Fonte: Governo Federal.

Mais de 300 pessoas participam de capacitação para conselheiros promovida pela Setasc



Mais de 300 pessoas, entre conselheiros dos 14 colegiados vinculados à Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), servidores públicos e convidados, participaram de uma capacitação nos dias 16 e 17 de outubro.

A Capacitação dos Membros dos Conselhos e Comitês Vinculados à Setasc, que aconteceu no Centro de Eventos do Pantanal, foi promovida por meio da Secretaria Executiva dos Conselhos e pela Secretaria Adjunta de Direitos Humanos (Sadh).

Com objetivo de aprofundar conhecimentos sobre as funções e competências dos conselheiros, elaborar uma cartilha que sistematize essas informações e organizar os instrumentos legais que norteiam a atuação dos conselheiros vinculados à Setasc.

"Quero agradecer o apoio da Setasc para a realização do evento. Nossa intenção foi reunir todos os conselheiros vinculados à secretaria para que, juntos, aprendamos quais são as funções de um conselheiro, como trabalhar projetos dentro de um conselho e como propor políticas públicas. Que todos os conselhos possam trabalhar de forma unida", informou Deise, secretária executiva dos conselhos da Setasc.

Fonte: Governo de Mato grosso.

Setasc abre inscrições de 300 bolsas integrais em cursos técnicos e de graduação para população em vulnerabilidade

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) informa as gestões locais sobre a requisição de distribuição de alimentação em situações de emergência ou calamidade. A Portaria nº 1.023/2024, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), trata das condições para atender povos e comunidades tradicionais ou grupo populacionais específicos.

De acordo com a publicação, a estimativa de cestas básicas será calculada na proporção de uma cesta para quatro pessoas. A Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) será coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A solicitação de alimentos deve ser feita por meio de ofício pelas Defesas Cíveis municipais e estaduais, pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, por órgãos federais que acompanham povos tradicionais, por cozinhas solidárias habilitadas ou ainda por entidades credenciadas no MDS no Programa Cozinha Solidária.

Fonte: Associação Mato-grossense dos Municípios.

Municípios têm até 29 de novembro para prestar contas de recursos federais da assistência social

Os gestores municipais têm até 29 de novembro para preencher o Demonstrativo Sintético de Execução Físico-Financeira no SUASWEB. O instrumento é uma prestação de contas dos recursos de cofinanciamento federal da área de assistência social referente ao exercício de 2023. O prazo foi definido por meio da Portaria 146/2024 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) destaca que a prestação de contas por meio do BB Gestão Ágil será apenas para a prestação de contas a partir do exercício de 2024. Portanto, a prestação de contas atual, referente ao exercício de 2023, ainda deverá ser realizada por meio do demonstrativo sintético no SUASWEB.

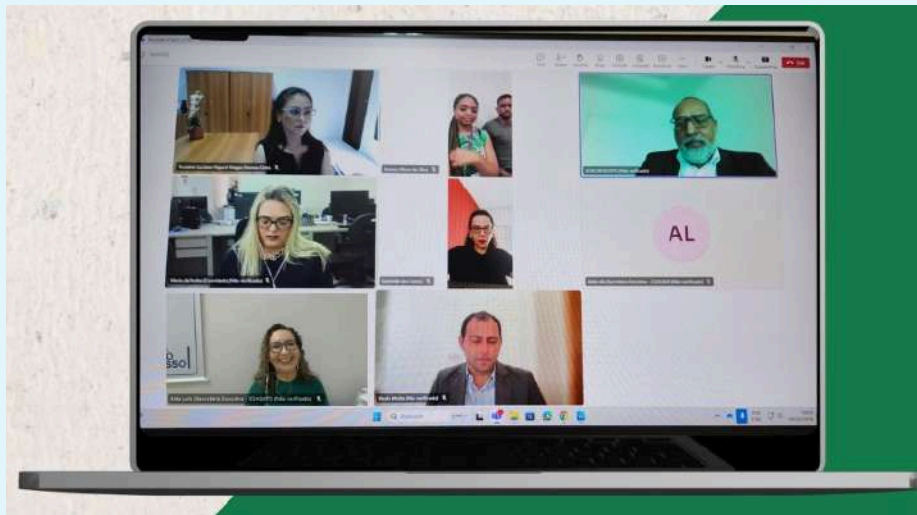
A CNM ressalta que a prestação de contas é obrigatória e está prevista na Constituição Federal. A não apresentação das informações implica em suspensão do repasse dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada-Sistema Único de Assistência Social (IGD-Suas) e do IGD-Programa Bolsa Família (IGD-PBF) e será considerada como omissão no dever de prestar contas, passível de instauração de tomada de contas especial.

Fonte: Associação Mato-grossense dos Municípios.

2. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)



CAO Assistência Social reúne-se com Conselho Estadual de Mato Grosso



O Centro de Apoio Operacional (CAO) Assistência Social do Ministério Público de Mato Grosso promoveu, no dia 4 de outubro, uma reunião virtual para aproximação e estreitamento da relação com o Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas-MT). A iniciativa visa ao fomento e à implementação da política pública de assistência social no estado.

Conforme os coordenadores do CAO, **promotores de Justiça Paulo Henrique Amaral Motta e Tessaline Higuchi**, o MPMT apresentou as atribuições da unidade e o trabalho realizado. *“Aproveitamos para divulgar o X Encontro Nacional do Serviço Social no Ministério Público (X ENSSMP), que está com inscrições abertas e ocorre nos dias 7 e 8 de novembro deste ano, no auditório da Sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá, com o tema ‘Serviço Social e Ministério Público: fortalecimento das políticas públicas e da participação social’”, contou a promotora.*

A equipe do CAO Social também apresentou os projetos “AprimoraSUAS – Reestruturação e aprimoramento da oferta socioassistencial em Mato Grosso” e “Moradia Cidadã: da regulamentação de benefício eventual à ampliação do acesso à moradia em Mato Grosso”, que estão em andamento e têm validade de dois anos.

O primeiro tem por objetivo contribuir para a qualificação da cobertura e oferta socioassistencial nos municípios mato-grossenses, por meio de atuação direta e indireta das Promotorias de Justiça. E o segundo pretende contribuir para a regulamentação do Benefício Eventual por vulnerabilidade temporária, fiscalizar o financiamento dos benefícios eventuais e sua adequada concessão, bem como acompanhar a execução do Programa Estadual Ser Família Habitação Faixa Zero.

Fonte: MPMT.

2. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)



MPMT vai integrar projeto do CNJ de atendimento à população de rua



O **conselheiro Pablo Coutinho Barreto**, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a **juíza federal** no estado de São Paulo, **Luciana Ortiz** e o **desembargador Mário Kono**, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, no dia 14 de setembro o **procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Junior**, formalizando convite para que o Ministério Público de Mato Grosso passe a integrar a iniciativa Pop Rua Jud, que faz parte da política do CNJ de assistência, acolhimento, valorização e ressocialização da população em situação de rua do país, instituída por meio da Resolução nº 425/2021.

Foi realizado um seminário sobre o tema no Tribunal de Justiça de Mato Grosso e amanhã, terça-feira, será realizado um mutirão no Ginásio de Esportes do Dom Aquino, em Cuiabá, com atendimento à população de rua da capital com foco, principalmente, na promoção e resgate da cidadania, como inclusão no CAD-Único, acesso à justiça, no que diz respeito aos direitos do cidadão, como acesso à saúde, à capacitação, emprego, assistência social, etc.

“Considerando as mais diversas atribuições do Ministério Público, a nossa instituição se encaixa perfeitamente no projeto e, com certeza indicaremos representantes nossos para participar das ações e atividades do projeto Pop Rua Jud”, afirmou o procurador-geral Deosdete Cruz Junior, citando que a instituição já atua fortemente na defesa dos direitos de idosos, crianças e, inclusive, moradores de rua, por meio de várias Procuradorias de Justiça.

Segundo o conselheiro Pablo Coutinho Barreto, dados do CadÚnico (Cadastro Único do Governo Federal), apontam que o país possui cerca de 310 mil pessoas vivendo em situação de rua nos centros urbanos, sendo que em Mato Grosso estão cadastradas nessa situação 3.348 pessoas, das quais cerca de 1.400 em Cuiabá.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MPPA participa de roda de conversa sobre “Aprendizagem como Política de Proteção Social” em Marabá

No dia 17 de outubro, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) através da 10ª Promotora de Justiça titular da Infância e Juventude de Marabá, Jane Cleide Silva Souza, participou de palestra acerca da temática “Aprendizagem como Política de Proteção Social”, em evento promovido pela Justiça do Trabalho, com adolescentes da escola pública Professor Paulo Freire.

A palestra foi ministrada no formato de roda de conversa aos alunos da instituição sobre temas como o direito à educação; como a educação representa um caminho contra a exclusão social e o enfrentamento da criminalidade e sobre a importância da educação para diminuição dos índices de envolvimento com a criminalidade e do ciclo da reprodução das desigualdades sociais.

A palestra atende a uma programação que integra ações estratégicas desenvolvidas nas escolas públicas do município de Marabá da Divisão de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem (DINFA), por meio do "Projeto Judiciário Fraterno", executado pelo Tribunal Regional do Trabalho sob a coordenação da Juíza Diretora do Foro Trabalhista de Marabá, Amanda Mendonça.

Fonte: MPPA.

NPP discute fluxo de atendimento para pessoas em situação de vulnerabilidade nos Creas Regionais

O Núcleo de Políticas Públicas (NPP) do Ministério Público da Paraíba realizou, na data de 24 de setembro, uma reunião com Gerência Executiva de Proteção Especial e os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (Creas) Regionais do Estado para discutir um fluxo de atuação sobre as situações de pessoas em situação de vulnerabilidade nas áreas de abrangência territorial dos Creas.

Segundo o coordenador do NPP, procurador Valberto Lira, muitas vezes está ocorrendo uma omissão por parte das gestões municipais. Ele explicou que, no caso das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, a institucionalização tem sido realizada como única alternativa.

Durante a reunião, os coordenadores dos Creas Regionais relataram os principais problemas enfrentados no dia a dia, como a falta de sensibilização, de afeto e cuidado das famílias com seus idosos, o uso do benefício previdenciário do idoso como arrimo de família, as violações financeiras, a institucionalização irregular bem como o acompanhamento de idosos com transtorno mental.

Fonte: MPPB.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MPRN reúne profissionais da assistência social para debater inclusão digital de pessoas idosas

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), por meio do Caop Inclusão e da 42ª Promotoria de Justiça de Natal, realizou uma capacitação voltada para profissionais da assistência social buscando promover a inclusão digital de pessoas idosas. O evento aconteceu no dia 24 de outubro, no auditório da sede da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), em Candelária. A palestra foi ministrada por Isabel Dillmann Nunes, pesquisadora do Instituto Metrópole Digital/UFRN.

A iniciativa reuniu gestores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conselheiros setoriais e equipes atuantes em centros de convivência de pessoas idosas, centros-dia, centros de referência da assistência social e outros equipamentos públicos que ofertam serviços socioassistenciais a pessoas idosas.

Fonte: MPRN.

No dia Mundial da Alimentação, MPPE se encontra com a sociedade e lança ferramenta para estimular a exigibilidade do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recebeu, no dia 16 de outubro, integrantes de movimentos sociais, membros do Conselho Estadual e Municipais de Segurança Alimentar e agricultores familiares para discutir a exigibilidade do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas. Os/as participantes do encontro lotaram o auditório da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape), no Recife.

Além de proporcionar um espaço de discussão sobre o tema, o MPPE também lançou um formulário específico para receber denúncias de violação ao Direito Humano à Alimentação, que está acessível na página da Ouvidoria do MPPE.

“A novidade é essa inclusão, no site do Ministério Público, na parte destinada às denúncias abrigadas pela Ouvidoria, de um formulário específico em que a/o cidadã/o e organizações possam trazer ao conhecimento do Ministério Público violações ao Direito Humano à Alimentação. E, a partir daí, o Promotor ou Promotora de Justiça nos territórios poderá atuar de forma mais proativa, mais rápida, a fim de assegurar a exigibilidade desse direito humano”, resumiu o coordenador do Núcleo de Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas Josué de Castro (Núcleo Dhana), Promotor de Justiça Westei Conde.

Fonte: MPPE.

4. INDICAÇÕES INTERATIVAS



PARA VER

1



“FALA MDS: o papel das cozinhas solidárias no combate à fome”

Fonte: Canal do Youtube - MDS.

PARA OUVIR

2



“Saiba como avaliação biopsicossocial vai melhorar a vida da pessoa com deficiência”

Fonte: Soundcloud. Podcast “MDS”.

3



“Dia Mundial da Alimentação: MDS e FAO falam sobre o combate à fome no Brasil e mundo”

Fonte: Soundcloud. Podcast “MDS”.

5. ATOS NORMATIVOS DO SUAS



PORTARIAS MDS

RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 171, DE 24 DE OUTUBRO DE 2024

Institui Grupo de Trabalho para debater as questões e dimensões do racismo presentes no Sistema Único de Assistência Social, denominado GT SUAS sem Racismo.

RESOLUÇÃO CNAS MDS Nº 167, DE 19 DE SETEMBRO DE 2024

Dispõe sobre o processo de eleição da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social – Gestão 2024/2026, para uma vaga como representante do segmento de entidades e organizações de assistência social, na condição de terceiro suplente.

INFORMES CADÚNICO

INFORME Nº 56 • 22.10.2024

Alterações no formulário do Cadastro Único. Novas alterações visam aperfeiçoar a coleta de dados e promover inclusão social

INFORME Nº 55 • 14.10.2024

Novas etnias indígenas são incluídas no Sistema de Cadastro Único. A lista de etnias indígenas foi atualizada no Cadastro Único em parceria com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)

INFORME Nº 54 • 23.9.2024

Revisão de usuários com acesso ao Sistema de Cadastro Único. As medidas de controle de acesso e segurança no Sistema de Cadastro Único devem ser realizadas de forma contínua



INFORMES BOLSA FAMÍLIA



INFORME Nº 57 • 25.10.2024

Comunicado. O MDS e a Caixa avançam na implementação de segunda etapa de validação de dados dos usuários que utilizam o Login CAIXA para acessar o Sistema de Benefícios ao Cidadão. A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, responsável pela gestão do Programa Bolsa Família, informa que novos recursos de segurança estão sendo implementados no acesso ao Sistema de Benefícios ao Cidadão – SIBEC, ferramenta da gestão de benefícios, acessada pelas coordenações estaduais e municipais do Programa.



INFORME Nº 56 • 4.10.2024

O Ministério do Desenvolvimento Social realizou o pagamento dos benefícios do Bolsa Família do mês de setembro de 2024. No mês de setembro, o Programa Bolsa Família realizou o pagamento de benefícios para cerca de 20,7 milhões de famílias no Brasil.



INFORME Nº 55 • 3.10.2024

Fique atento(a) aos prazos para informar ao MDS a respeito da prestação de contas dos recursos do IGD-PBF gastos em 2023 e, assim, garanta a continuidade dos repasses financeiros para apoiar a gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. Estão abertos os prazos para que os estados e municípios informem a respeito da prestação de contas dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD-PBF) executados no ano de 2023.



6. "OUSE SABER"



Em um planeta que produz alimentos suficientes para alimentar a população global, o paradoxo da fome persiste. Bilhões de pessoas ainda vivem em situação de insegurança alimentar, enfrentando dificuldades para acessar alimentos de qualidade e em quantidade adequada. Em contrapartida, práticas agrícolas insustentáveis e a degradação ambiental colocam em risco a base dos recursos naturais essenciais para a produção de alimentos, intensificando os efeitos das mudanças climáticas. Neste cenário, a luta contra a fome e pela agricultura sustentável não é apenas uma questão de garantir alimento, mas também de assegurar dignidade, saúde e justiça social.

○ **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável** reflete essa visão integrada, estabelecendo metas que visam erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover uma agricultura que respeite os limites do planeta. No Brasil, o desafio é particularmente complexo, com milhões de brasileiros vivendo em situação de vulnerabilidade, enquanto nosso país se destaca como um dos maiores produtores agrícolas do mundo. Esse paradoxo exige uma abordagem multifacetada, onde políticas afirmativas, programas de assistência, serviços de apoio e a fiscalização de instituições, como o Ministério Público, atuem em sinergia para promover um desenvolvimento realmente inclusivo e sustentável.

A história recente do Brasil é marcada por iniciativas que buscaram enfrentar a fome como uma questão de Estado, reconhecendo-a como uma violação de direitos humanos e um obstáculo ao desenvolvimento.

O **Programa Fome Zero**, lançado em 2003, foi um divisor de águas ao articular políticas públicas voltadas para a segurança alimentar, envolvendo transferência de renda, apoio à agricultura familiar e iniciativas para garantir a disponibilidade de alimentos para populações vulneráveis. Essa estratégia foi consolidada com a criação do **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)** e da **Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)**, que definiram diretrizes para combater a fome de maneira coordenada e efetiva.

Entre os principais programas, destacam-se o **Bolsa Família** e o **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**, que visam, respectivamente, transferir renda para famílias em situação de pobreza e adquirir alimentos de pequenos produtores para distribuição em comunidades necessitadas. Esses programas, mais do que garantir alimentação, promovem inclusão social e cidadania, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas, onde o acesso a políticas públicas muitas vezes é limitado.

Essas políticas afirmativas são essenciais para promover a segurança alimentar, mas enfrentam desafios estruturais e precisam de constante fortalecimento. O contexto socioeconômico brasileiro exige que essas políticas sejam ajustadas conforme a evolução dos indicadores de pobreza e insegurança alimentar, garantindo que a fome não seja vista apenas como uma questão de abastecimento, mas como um problema de exclusão social e de direitos.



O Papel da Assistência Social e o Contexto do SUAS na Segurança Alimentar

No Brasil, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um dos pilares no combate à fome e na promoção da segurança alimentar. **O SUAS atua de forma descentralizada e intersetorial**, promovendo a assistência social por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que atendem a população em situação de vulnerabilidade e risco social. Profissionais de serviço social desempenham um papel crucial na identificação das necessidades das famílias e no encaminhamento para os programas de segurança alimentar, bem como na orientação para o acesso a direitos.

A Assistência atua diretamente na prevenção e mitigação da fome, ajudando a construir redes de proteção que envolvem a articulação com outras políticas públicas, como saúde, educação e moradia. Esses profissionais, com sua capacidade de análise dos determinantes sociais da fome e da pobreza, são fundamentais para garantir que os direitos das famílias sejam respeitados e que as ações do SUAS atendam de forma efetiva às necessidades da população.



A Atuação do Ministério Público na Garantia do Direito à Alimentação e no Apoio à Agricultura Sustentável

O Ministério Público, como defensor dos interesses sociais e dos direitos fundamentais, tem um papel essencial na **efetivação das políticas de segurança alimentar** e no apoio a práticas de agricultura sustentável. Em sintonia com o ODS 2, o MP pode atuar em diversas frentes para assegurar que as metas de erradicação da fome e promoção de uma agricultura responsável sejam concretizadas:

- **Fiscalização das Políticas de Segurança Alimentar:** O Ministério Público pode monitorar e avaliar a implementação das políticas públicas de segurança alimentar, fiscalizando o cumprimento dos compromissos do Estado com os direitos sociais. A atuação do MP é crucial para verificar se os recursos destinados à segurança alimentar estão sendo aplicados de maneira eficiente e transparente.
- **Promoção de Ações Cíveis Públicas e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC):** Em situações de negligência ou descumprimento de políticas públicas que afetem o direito à alimentação, o MP pode promover ações cíveis públicas ou firmar TACs com órgãos públicos e empresas, visando garantir o cumprimento das metas de segurança alimentar e melhoria nutricional da população.





- **Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar e Sustentável:** O Ministério Público pode atuar na defesa de políticas de incentivo à agricultura familiar, promovendo o apoio a pequenos agricultores e incentivando práticas sustentáveis. A agricultura familiar é fundamental para garantir o abastecimento de alimentos, e a atuação do MP pode fortalecer parcerias com entidades locais e fomentar programas de capacitação e acesso ao crédito.
- **Articulação Intersectorial e Diálogo com a Sociedade:** O MP tem um papel de articulador, promovendo o diálogo entre diferentes setores da sociedade e governos para criar soluções integradas e eficazes. A sensibilização da sociedade e o estímulo a iniciativas comunitárias são estratégias importantes para construir uma cultura de respeito ao direito à alimentação.
- **Combate à Degradação Ambiental e Promoção da Sustentabilidade:** Para assegurar a continuidade da produção agrícola sem comprometer o futuro, o MP pode atuar na fiscalização de práticas agrícolas que ameacem o meio ambiente e a biodiversidade. O apoio à agricultura sustentável está alinhado com o compromisso de proteger os recursos naturais, essenciais para a segurança alimentar de longo prazo.



A construção de um Brasil livre da fome exige a valorização de iniciativas que centralizem a dignidade humana, promovam o bem-estar social e assegurem o direito à alimentação como um direito fundamental e inalienável. O Ministério Público, em virtude de sua função social e de seu papel como fiscal da ordem jurídica, configura-se como um agente indispensável na promoção de uma sociedade que respeite e proteja seus cidadãos, com especial atenção àqueles em situação de maior vulnerabilidade.

Nesse sentido, é de suma importância a reflexão sobre a relevância de suas atuações no fortalecimento das políticas de segurança alimentar e agricultura sustentável em suas respectivas esferas de atuação.

Com engajamento e compromisso, é possível construir um futuro em que o direito à alimentação e o desenvolvimento sustentável sejam concretizados como pilares de uma sociedade justa e inclusiva.





MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

